



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

AUDIÊNCIA PÚBLICA - COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: PAULO FIORILO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 05 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Seqüência descontínua por trecho não gravado

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Boa noite a todos. Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 21ª Audiência Pública de 2013, sendo a 2ª audiência pública regional sobre os PLSs. 694/13 sobre o Plano Plurianual e 695/13 sobre o Orçamento de 2014.

Antes de tudo, peço desculpas pelo atraso, mas, infelizmente, nem sempre temos o controle do plenário e do horário de término das sessões. Tínhamos uma expectativa de que pudesse acabar até umas 19h15 ou 19h30 e, para não perdermos mais tempo, vamos expor a ideia para nosso método de trabalho.

Anuncio, antes, a presença do Prefeito da Móoca Sr. Francisco Carlos Ricardo. Muito obrigado.

Convidamos o Subprefeito da Sé Sr. Maurício de Gois Dantas, mas tenho a impressão de que pode ter tido algum problema.

Convidamos também a Secretaria de Planejamento – Sempla. O representante da Secretaria disse que tinha uma reunião e, talvez, tivesse dificuldade de chegar no horário, mas como a Sempla só vem como ouvinte, pois o debate é do legislador, do Legislativo, da Câmara, é até para que eles saibam o que está sendo levantado, bem como as dificuldades e preocupações.

Gostaria de dizer que sou morador da Móoca, em que pese eu não milite naquela região. E, exatamente por isso, tenho um cuidado grande com a minha região, mesmo quando estou só dormindo lá, como farei daqui a pouco.

Como combinamos a apresentação? Vamos lá: essa audiência tem com o objetivo facilitar a participação da população da região central, aliás, ela só foi agendada porque nos foi solicitado por um dos participantes no sentido de que tivesse também uma audiência central, compreendendo as seguintes Subprefeituras: Móoca e Sé, que foi nossa proposta.

Se não me engano, essa é a primeira experiência que nós juntamos Móoca e Sé. Normalmente fazíamos só a Sé, mas achamos melhor trazer Móoca do que levar a Móoca lá

para o fundão de São Mateus que seria, talvez, pouco produtivo.

O calendário contendo as informações sobre as demais audiências está disponível no portal da Câmara Municipal de São Paulo, *link* Orçamento 2014. A íntegra da transcrição dessa audiência pública também estará disponível no portal, no *link* Audiências Públicas Registro Escrito.

Informo que as inscrições para pronunciamento devem ser feitas junto à secretaria da nossa comissão. Encontram-se, ainda, disponíveis os formulários para encaminhamento de solicitações por escrito.

Já informei quem são os convidados: Francisco Carlos Ricardo, a quem agradeço a presença e convido a fazer parte da Mesa; e o Sr. Maurício de Góis Dantas. Há alguém representando a Subprefeitura da Sé? (Pausa) Não.

Como disse um Vereador, como a Sé não veio, vamos cortar o Orçamento da Sé. Vamos passar para a Móoca.

Brincadeiras à parte, vamos trabalhar da seguinte forma: temos uma apresentação de quanto tempo? (Pausa) Quinze minutos. Apresentaremos o Orçamento e as ações do PPA. Por favor, Adriano, assessor da comissão. Em seguida, abriremos às perguntas e dúvidas, e também para o Sr. Prefeito se manifestar. Serei rigoroso no tempo.

Peço aos técnicos da iluminação que fizessem uma redução para que acompanhem melhor a exposição do Adriano. Peço desculpas, é o Sr. Gilberto quem fará a apresentação.

- Apresentação de vídeo.

O SR. GILBERTO – Sou consultor técnico da Casa, efetivo, concursado, estou aqui há quase 25 anos e, como está escrito no slide, trata-se da Apresentação elaborada pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento.

Apesar de eu estar aqui há 25 anos, esse é o departamento mais novo da Casa, tem 6 anos.

Essa apresentação, de 15 minutos, está dividida em duas partes bem diferentes entre si. A primeira parte é o processo legislativo. A ideia é, da forma mais didática que eu puder, demonstrar o processo legislativo referente a esses dois projetos. São projetos de lei, um é o Plano Plurianual 2014 – 2017 e o outro é a Lei Orçamentária 2014.

A ideia é dar um emponderamento à população no sentido de conhecer o processo legislativo e saber como participar, claro, à medida em que se queira interferir e participar. Essa é a primeira parte.

A segunda é uma ideia descritiva – o melhor que pudemos fazer – dos volumes que compõem tanto a Proposta Orçamentária quanto o Plano Plurianual. Isso, numa visão rápida. Nesse sentido, destaco a importância daquelas filipetas que estão ali, das quais constam dois endereços eletrônicos.

O segundo endereço eletrônico remete aos volumes da Proposta Orçamentária e do Plano Plurianual. É essencial para quem deseja conhecer - e, de alguma maneira, participar e interferir no processo -, analisar esses volumes.

É um material extenso e que está à disposição de todos, inclusive, com calendários que mencionaremos também, lá no endereço eletrônico. Daqui a pouco falo sobre os endereços eletrônicos.

O primeiro *slide* é o ciclo de planejamento que estamos tratando aqui. Então, vejam, estamos no primeiro ano de uma gestão. Nesse primeiro ano de gestão, o Prefeito encaminha dois projetos: o Plano Plurianual, no caso, 2014 – 2017 e o Orçamento 2014.

A palavra chave é planejamento. Estamos num ciclo de planejamento. O PPA abrange o período de quatro anos: segundo ano do mandato – ano que vem -; terceiro ano do mandato – 2015; quarto ano do mandato – 2016; e o primeiro ano do mandato seguinte – 2017.

Portanto, 2013 é o último ano do Plano Plurianual que abrangeu os quatro anos 2010-2013. Estamos discutindo então um novo ciclo de planejamento.

Nesse pacote de planejamento, abaixo do Plano Plurianual existe a Lei de

Diretrizes Orçamentárias. É a LDO, como é conhecida. E, para 2014, foi votada e já virou lei. Foi discutida no primeiro semestre desse ano.

No primeiro semestre do ano que vem, o Prefeito vai encaminhar a LDO 2015. O prazo é 15 de abril e a Câmara Municipal a examina no primeiro semestre.

Como falei agora a pouco, junto com o Plano Plurianual estamos examinando o projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014.

Então, a LDO e a LOA, um ano e, ao longo desse ciclo, a partir do ano que vem só vai ter projeto de LDO e LOA e assim por diante.

Então, este ano é privilegiado em que se examina e se estabelece esse plano para os próximos quatro anos.

O PPA, uma das funções essenciais do PPA é definir os programas e apresentar as ações, projetos e atividades. E é isso que os senhores vão poder ver – se é que já não viram – nos anexos, nos volumes que, como eu disse, estão no endereço que as filipetas apresentam.

Agora é um calendário. Mas o objetivo desse calendário é explicar o processo orçamentário. Então, 30 de setembro passado foi o prazo final e que o Prefeito encaminhou esses dois projetos – Plano Plurianual e Projeto de Orçamento.

A primeira audiência geral aconteceu no dia 23 de outubro. Aconteceu essa audiência que, infelizmente, foi remarcada, mas essa da Sul 2 já aconteceu. Teve uma primeira temática na semana passada.

Ontem, tivemos a segunda temática.

Esse calendário detalhado se encontra naquele endereço que eu mencionei, que está na filipeta e que órgãos estão sendo ouvidos nessas reuniões, em que locais e horários.

A essa da Sul 1 foi cancelada.

Haverá mais três temáticas. Semana que vem, duas. Só para lembrar, dia 15 é feriado. Dia 20 é feriado. Vai ter uma temática dia 25 de novembro. Acontecerão mais quatro audiências regionais aqui, como está estabelecido. E, aí, entramos em dezembro.

Dezembro é bem compactado. A ideia é que no dia 2 de dezembro a Comissão exara o primeiro parecer. Então, o Relator Vereador Paulo Fiorilo, produzirá um relatório que pode, ou não, ter um substitutivo. E a Comissão irá examinar esse relatório e irá votar, aprovando ou não.

Enfim, a ideia é ser publicado na terça-feira e, sendo publicado, estará em condições de votação no Plenário. A primeira votação está prevista para terça-feira, dia 3 de dezembro. Aí entra uma questão regimental: o Projeto de Lei Orçamentária e de Plano Plurianual, assim que votados as duas sessões ordinárias seguintes à primeira votação, estão abertas para receber emendas. Então, há uma janela muito pequena, muito curta, que são essas duas sessões ordinárias. As sessões ordinárias, na Casa, acontecem terças, quartas e quintas, de não for feriado nem ponto facultativo.

Então, se o Plenário votar no dia 3 de dezembro, as duas sessões ordinárias seguintes serão quarta e quinta e, portanto, é esse período em que serão apresentadas as emendas. As emendas são apresentadas pelos Srs. Vereadores.

No dia 9 está prevista a segunda audiência geral desses dois projetos. Há um prazo para o Relator examinar as emendas, discutir, e no dia 16, que é uma segunda-feira, emitir o segundo parecer e, finalmente, a segunda votação do projeto e das emendas acontecendo no dia 17 de dezembro, uma terça-feira.

Então, resumindo, onde e em que momentos serão possíveis as alterações? As alterações são possíveis no momento em que o Relator e a Comissão examinam e emitem um parecer. Como falei, pode ou não haver um substitutivo, portanto, alterações. Os 55 Srs. Vereadores podem apresentar emendas nesse momento aqui,

Então, a lógica do Orçamento é um funil. A coisa ser cada vez mais afunilada, apertada, porque se tem pressa. A nossa Lei Orgânica estabelece que o projeto de Orçamento tem de ser votado até 31 de dezembro. Essa é uma situação diferenciada, porque no Estado de São Paulo, no Congresso, não há essa limitação. Então, é comum se ver o Orçamento

sendo votado em fevereiro ou março do ano seguinte. Aqui não: tem de se votar até o dia 31 de dezembro.

Então, o objetivo desse calendário, espero que tenha ficado claro, é mostrar os momentos em que os Parlamentares podem participar e, portanto, a população também.

Então, tem o grande momento em que esse parecer será apresentado no dia 2. Óbvio, ele está sendo estruturado ao longo do tempo e, depois, na fase das emendas.

Para os senhores terem uma ideia, no ano passado foram mais de seis mil emendas apresentadas para o Orçamento. Este ano, além do Orçamento, temos o PPA também.

Esse slide mostra, da filipeta, o primeiro endereço eletrônico remete a esse formulário eletrônico. Tem um formulário em papel que o formulário eletrônico reproduz. Pode fazer no papel e no formulário eletrônico.

Agora, vamos falar especificamente daquilo que eu mencionei que, alguns dados que consideramos mais importante, das duas subprefeituras, abrangendo Sé e Mooca.

Tem essa observação inicial. É um fato importante que colocamos, que procurou se apresentar de forma resumida a regionalização dessas despesas presentes na proposta orçamentária e no PPA.

Ressalte-se que essa regionalização, embora seja mais detalhada, já feita. Justiça seja feita, nunca o Plano Plurianual e o Projeto da Lei Orçamentária foram tão detalhados no aspecto de regionalização. Então, isso, realmente é uma novidade. Apesar disso, não é completa, não atingiram todas as despesas do Orçamento e do PPA, mas, enfim, é um grande avanço nesse aspecto.

A Subprefeitura da Sé, abrangendo oito distritos; uma população, pelo Censo de 2010, de 431 mil habitantes; uma área de 26,2 quilômetros quadrados; densidade 16,4; densidade média do Município é de 7.600.

Alguns dados orçamentários gerais. Do órgão Subprefeitura, 64 milhões. O

Orçamento do Município aplicado na região da Subprefeitura da Sé, 2014, 303.

Ai, entra essa questão da regionalização. Até então não havia essas informações nas peças orçamentárias nem no Plano Plurianual. Esses dois dados são de 2014. Para 2015 e 2017, no PPA, 1,2 bi. Portanto, os gastos totais 1,5 bi de 2014 a 2017. Essa é a previsão de gastos na Subprefeitura Sé, englobando todos os órgãos, não só a Subprefeitura, mas com ações de saúde, educação, enfim.

A gente destacou algumas áreas. Então, na área de esporte, lazer e recreação, parque de esportes radicais, com previsão de 27 milhões nesse período, reforma de equipamentos esportivos Bom Retiro, Cambuci, Consolação e Liberdade, 3,7 milhões; esporte 24 horas, região da Se, 1,4 milhões; Subprefeitura da Sé área de cultura operação e manutenção da Mário de Andrade 49 milhões; Viradas culturais no centro 24 milhões e atividades culturais 11,4 milhão. Todos esses dados detalhados estão naquele endereço eletrônico que está na filipeta. A questão do Teatro Municipal e Praça das Artes 161 milhões; execução de programa do Teatro 164 milhões e criação da Praça das Artes 28,6 milhões; acesso à moradia, construção de unidades habitacionais 353 unidades entregues, 1.846 nos outros três anos, significando o investimento de quase 35 milhões; regularização fundiária 296 famílias, em 2014; 2015-17, 354 famílias representando 1,1 milhão; mobilidade urbana, modernização semaforica 2014, 170 semáforos substituídos; 2015/2017, 95 semáforos, representando despesas de quase 11 milhões; implantação e requalificação de corredores em 2014: Corredor Inajar de Souza-Rio Branco 4,6 Km, 3,5 milhões; 2015/2017 – o Norte-Sul, que seriam na região 4,5, representando 162 milhões; implantação e requalificação de terminais de ônibus 2015-2017: Dom Pedro 1 milhão e o Princesa Isabel 850 mil; na área da Saúde as UPAs, Unidades de Pronto-Atendimento em 2014 a UPA Santa Casa com 9 milhões; os outros três anos a UPA Complexo Pratis, AMA Sé, UPA-AMA HSPM, UPA PS Dr. Álvaro Dino de Almeida representando o conjunto gastos de 24 milhões; Unidades Básicas Integrais de Saúde 2014 – UBS Pratis e Santa Efigênia, representando 11 milhões de reais; nesses três anos a

Rede Hora Certa Santa Cecília a Sé 7 milhões; reforma e recuperação de hospitais em 2014 o Infantil Menino Jesus 3 milhões.

Indo agora para Mooca que são meia dúzia de distritos que a Subprefeitura abrange, com população de 344 mil habitantes, numa área de 35 quilômetros quadrados e densidade acima da média de quase 9.800 habitantes por quilômetro quadrado.

O orçamento específico da Subprefeitura é de 39,27 milhões, daí pegando a questão da regionalização com os outros órgãos, portanto, 422 milhões para 2014; e no PPA 2015/2017 968 milhões, sendo no período 1,4 bilhão.

Acesso à moradia 343 unidades entregues em 2014; 2015/2017, 328 unidades, representando um investimento de 11,7 milhões; regularização fundiária para 2014 com 376 famílias beneficiadas; 2015/2017, 449 famílias, representando 1,4 milhão. Saúde: unidade de pronto-atendimento 2015/2017 a UPA AMA no Tatuapé com 6 milhões; UPA Inácio Proença de Gouveia na Mooca com 6 milhões, Rede Hora Certa 2015/2017 Italo Leroti na Mooca com 7 milhões; reforma e adequação de hospitais 2014/2017, abrangendo dois hospitais Inácio Proença de Gouveia e o Carmino 27,9 milhões. A questão da mobilidade urbana: modernização semaforica 160 semáforos substituídos em 2014; em 2015/2017 86 semáforos, representando um pouco mais de 10 milhões; implantação e requalificação de corredores 2015/2017 Celso Garcia e Itaim Paulista 9 quilômetros, 342 milhões de reais, Radial Leste 8,5 quilômetros, 428 milhões; implantação e requalificação de terminais de ônibus 2015/2017 Terminal Concórdia, uma área de 5.135 metros quadrados 28 milhões. Educação: centro de educação infantil Tatuapé 4 milhões; CEUs Mooca 2014 investimento de 30 milhões; 2015/2017 CEU Tatuapé 30,15 milhões e isso é o fim, portanto, cumprindo o prazo solicitado pelo Vereador. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT) - As informações estão todas disponíveis no site da Câmara e, também, no da Prefeitura e tem uma filipeta que foi colocada ali.

Consulto o Subprefeito para, se quiser, fazer uso da palavra.

Abriremos para inscrições e quem tiver propostas para fazer tem como fazer por

escrito. Nós produzimos um formulário para que contribuam.

Tem a palavra o Subprefeito da Mooca Francisco Carlos Ricardo.

O SR. FRANCISCO CARLOS RICARDO – Boa noite a todos.

Agradeço o convite do Tripoli e do Fiorilo para vir aqui receber e participar de mais um processo desses. No início, nós temos o plano de governo; depois, tivemos que fazer o plano de metas, o qual foi amplamente discutido com a população. Essa é a segunda Administração que passa um plano de metas que é uma lei. O que a gente coloca no plano de metas nós temos que cumprir porque é lei.

A Secretaria de Planejamento teve 90 dias para elaborar esse planejamento. Vou falar desse plano de metas e, depois, da elaboração do caderno do PPA. Quero destacar o que o meu amigo falou sobre a coragem que é você detalhar o orçamento num período tão curto porque é muito complexo esse planejamento. Depois, estamos tendo todas as audiências do Plano Diretor, pois estamos na fase de sua elaboração. Estão criando, agora, mais uma forma de participação que é o Comitê Participativo, para o qual terá eleição em dezembro.

No dia 30 de novembro, às 9h, haverá uma audiência pública, mas ainda não foi definido o local, para a gente discutir regionalmente na Subprefeitura da Mooca o PPA e o LOA, que é o orçamento de 2014.

Então, ele bem frisou isso: o PPA 2014/2015/2016 e avança no ano de 2017. Essa audiência pública é muito importante. Estou com um caderno enorme que destaca esse nosso orçamento.

O Vereador Fiorilo perguntou se o Orçamento era suficiente, evidentemente, que o gestor público sempre vai pedir mais Orçamento, mas também é dever da gente procurar outras formas de satisfazer as necessidades da nossa população. Vou citar um exemplo, o PAC vai destinar para os corredores uma verba de 8 bilhões. Vão ser 220 quilômetros de corredores na região da zona Leste. Os corredores serão amplos, com 50 metros de largura, estilo o corredor BRA em Curitiba, só que melhor. Nunca teve tanto corredor instalado em São Paulo.

O nosso planejamento foi amplamente discutido com a população e queremos que as pessoas participem no dia 30 porque podemos alterar. Realmente, planejar um Orçamento para os próximos 3 anos que virão, detalhado da forma que está...se vocês entrarem em

Sempla, no PPA, terão uma planilha de Excel, que é esse caderno. Vocês podem ver os filtros, por exemplo, só o Orçamento da Saúde, ver a Subprefeitura da Mooca. Com esses números, é sempre apertado nessa questão de serviços. Precisaríamos de mais equipes de tapa buraco, áreas verdes, mas o importante é que consigamos fazer gestões alternativas para conseguirmos diminuir os gastos de serviços. É muito mais produtivo recuperar vias e fazer um serviço de recapeamento, com o passar do tempo, para gradativamente diminuir o serviço de tapa buraco.

O corte de grama custa muito para a Cidade, se conseguirmos métodos alternativos. Vegetações que não precisem fazer tantos cortes, por exemplo. Em vez de ficarmos aumentando tanto os nossos serviços, esse é um Orçamento muito bem detalhado. Temos, por exemplo, dois grandes projetos chamados Território CEU, na Mooca e no Tatuapé, uma UPA, duas UBSs, e se vocês entrarem no *site* e detalharem, a participação com os Vereadores, que estão sempre com a gente nas Subprefeituras, e também na audiência da subprefeitura da Mooca, é bem-vindo.

Apontaram nas audiências muito a necessidade de habitação. Também uma demanda grande por áreas verdes, então, esse planejamento tem de ser baseado no que a população diz. Dou muito valor ao que dizem nas audiências participativas, sempre que convidado, virei porque é pela população que conseguimos medir o que estamos fazendo. Abrir também para aceitar reclamações porque aquele gestor que não quer ouvir reclamação, não entra, fica em casa.

Agradeço muito a presença de vocês, o convite dos Vereadores Paulo Fiorilo e do Tripoli para estar aqui e estou disposta a aceitar sugestões. Se eu não puder responder alguma coisa, estou aqui com a minha coordenadora de finanças, Regina, que pode me ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Artur Monteiro.

O SR. ARTUR MONTEIRO – Boa noite a todos. Gostaria que no próximo Orçamento, a região Central estivesse separada a infraestrutura do que realmente foi usado

para moradia. Temos visto nos outros Orçamentos toda a parte de dinheiro destinada a infraestrutura como Theatro Municipal, Fórum, Câmara, mas quando vamos falar da parte de dinheiro para realmente usar na região central, não temos verba. Isso tem de ser separado para termos uma noção do dinheiro para a região Central.

Com relação à meta 3: criação de 60 CRAS. São Paulo passará a ter nos próximos anos mais 60 centros de referência, para o conhecimento de todos existem hoje 49 CRAS. Sabem quantos existem no Centro? Apenas um, que fica na Av. Tiradentes, 749. Serão destinados 13 milhões para a criação desses novos CRAS. Sabem quantos o Centro terá? Nenhum. Ficamos a ver navios. Sabe quantos foram colocados para definir o supraregionalizado? Nada. Ou seja, toda a verba já foi pré-definida para as outras subprefeituras e o Centro ficou mais uma vez de fora.

Meta 4: CREAS. São Paulo passará a ter nos próximos anos 7 centros de referência especializados da assistência social. Para o conhecimento de todos existem 26 e desses 3 para atender o Centro junto com a zona Oeste.

Também não foi regionalizado nada para o Centro e toda a verba já foi definida para outras subprefeituras, ficando também o Centro de fora para essa meta. A ação 3396 precisa ser revista pelo Sempla, no Orçamento constam 5 novas creches e não 7 como definido no Plano de Metas. Não existe a definir o supraregionalizado, ou seja, o Orçamento a definir 2 creches para definir o Plano de Metas.

Meta 10: 22 serviços de acolhimento institucional. O centro foi contemplado com um para 2014. Meta 2, meta 9, dois restaurantes comunitário. O Centro foi contemplado com 1 para 2014. Hoje existe na capital 21 unidades do Bom Prato. Sendo duas na Subprefeitura Sé Campos Elíseos e outra na 25 de Março. Esse tipo de serviço é oferecido onde se concentra pessoas carentes de recursos e também onde existem pessoas em situação de rua. Todos sabem que os arredores que concentram o Bom Prato sofre com aglomeração de pessoas afugentando o comércio local. Como podemos ver a prefeitura não tem coerência. Para instalar

serviços sociais no Centro fomos esquecidos. Porém para alimentar esse grupo de pessoas que ficam nas ruas o Centro é lembrado. Se o Centro não for contemplado com mais recursos sociais como já citados acima, abrimos mão desse restaurante comunitário por não ter lógica. Meta 17, construção de 243 centros de educação infantil – CEI. O Centro foi contemplado com apenas um para 2014, ou seja, 243 novos centros somente um no centro. Existem vários no orçamento que estão locados como a definir, e porque não trazer mais para o Centro? Vale lembrar que serão entregues até 2017, 2179 moradias populares na Subprefeitura Sé. Como também estão sendo levantados e construídos ininterruptamente várias unidades habitacionais nessas subprefeituras. E esses dados não foram levados em consideração, contra o item educação para o orçamento da região Centro. A prova disso, é que os 243 CEIs novos, que serão entregues, apenas um foi alocado no Centro. Resultado: o Centro foi esquecido. Se colocar todo o orçamento da região central, não engloba, na realidade nossas necessidades. Levantei quase 40 itens relacionados, eu fiz o que? Todo orçamento participativo olhei item por item e comparei o que a Prefeitura do Município de São Paulo tem, dispõe e o que o Centro tem. E na realidade o Centro não tem nada. O orçamento participativo do Centro, para se ter uma ideia, de novos projetos, são 811 milhões que serão destinados para a região central até 2017 e cinco itens engloba 53% da nossa verba. Estão em cinco itens. O resto que realmente precisa da população não está sendo englobado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra a Sra. Yara Goes.

A STA. YARA GOES – Sou presidente da Ação Local Amaral Gurgel da Vivo Centro e é uma pena que o Artur não tenha terminado a fala, porque ficamos estudando sobre isso na Vivo Centro. Realmente a minha fala estava a dele, e ele não terminou a fala dele. Estamos estudando esse orçamento, fazendo reuniões, estudando sobre isso, para que possamos compreender melhor tudo isso porque é muito complexo e para apontar às necessidades que estamos enxergando. É ruim que ele não tenha terminado a fala por causa disso. É muito importante o que temos estudado lá, que são essas necessidades. Vou falar de

uma necessidade que não está englobado no que ele ia falar que é com relação ao Minhocão, o Elevado Costa e Silva. Não se faz, absolutamente, nada com relação aquele Minhocão. Não se derruba, não se faz manutenção, não faz nada. Não existe nada. Ali precisa fazer alguma coisa. Colocar um anteparo para o som. Vou pedir ao Ministério Público, vidros ante ruído para as pessoas que habitam ali, porque ninguém pode ficar nesse ruído que está ali sem que se toma uma providência. Não existe na nossa verba nada com relação a manutenção de Minhocão. Gostaríamos que tivesse algum item com relação a isso, porque iremos pedir ao Ministério Público vidros ante ruídos, além disso, pela falta de manutenção, temos o problema de cupins embaixo do Minhocão que estão infestando todas as casas, lotadas de cupim e ali embaixo, há muito tempo que tem essa infestação de cupim, que por falta de verba e falta de manutenção, cada vez mais vai agravando o problema. Separar essas verbas como ele disse, verbas de infraestrutura e verbas aqui para o Centro. Deveríamos estar fazendo ao meu ver, separando, assim, o Centro é composto por bairros. Bairro de Vila Buarque, Santa Cecília. Existem bairros que estão ali compondo e às necessidades desses bairros deveriam ser contempladas. Ninguém vê os problemas existentes nesses bairros para solução. E quando olhamos aqui, só reformou a Câmara, fez não sei o que é lá, etc...E você olha aqui, não tem nenhuma solução para os problemas de cada bairro. Se fizéssemos a resolução de um problema do bairro, um problema de Vila Buarque, faríamos grandes coisas. A população viria as modificações que estão ocorrendo. Se eu pego minha verba coloco toda na Câmara, em um parque não sei o que lá, de esportes radicais, tem coisas que a população não vê no prático do dia a dia. Sabe o que ela diz: entra governo, sai governo, fica a mesma coisa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sr. Carlos Bauer.

O SR. CARLOS BAUER – O que o Artur falou é interessante, que dos 850 milhões destinados a Subprefeitura Sé, 450 são ineficazes, desnecessários ou não dizem respeito a subprefeitura. Não deu tempo de ele falar isso. Quero me referir especificamente aqui a 199 milhões de reais, destinados a Bacia do Córrego Anhangabaú. Parece que os administradores

públicos não conhecem a cidade. Houve um tempo que ocorreu uma morte no Anhangabaú vítima das enchentes, depois fizeram as bombas. Há vinte, 30 anos atrás, piscinão era a solução. Hoje – pelo centro mesmo, pelo fórum do Centro, fizemos estudos com professores da USP, de hidráulica, Prof. Sagala Domingos, tivemos vários encontros e chegamos a seguinte conclusão: o Vale do Anhangabaú, por onde passa o famoso Rio Anhangabaú tem 500 hectares de áreas. Começa no MASP, vai até a Av. Liberdade e um lado e até a Rua da Consolação do outro. Pega bairros ricos e pobres. Um estudo que o Sagala fez que a gente compartilhou e acrescentou é que não adianta fazer um piscinão. Aliás, estão orçando o piscinão em 200 milhões, sendo que há quatro ou cinco anos estava orçado em 25 milhões.

A ideia do piscinão é ultrapassada e ambientalmente inadequada. Se a gente pegar desde o início, por exemplo, o MASP é tudo impermeabilizado. Você vai para o lado direito, na Bela Vista, há um monte de rua asfaltada. Se descer no finalzinho do Anhangabaú, onde tem a Xavier de Toledo e a Ladeira da Memória é incrível, a área é enorme e toda impermeabilizada.

A proposta é que esses 200 milhões não devem ser gastos nisso. Devem ser gastos num estudo, com um pouquinho de dinheiro para a gente estudar como é que se desempermeabiliza, tira o asfalto. Muitas ruas da Bela Vista podem se transformar em locais de retenção das águas naqueles momentos críticos; as bocas de lobo podem reter um tanto de água e, depois que a chuva forte passar eles soltam.

São soluções mais adequadas, ambientalmente sustentáveis, podendo transformar essa paisagem árida sem gastar esses 999 milhões. Vamos continuar essa batalha, mesmo após esta audiência, porque a gente quer o dinheiro bem gasto nesta nossa cidade de São Paulo.

O SR. RAFAEL VITORINO – Boa noite a todos. Meu nome é Rafael Vitorino. Sou morador do centro de São Paulo há mais de 15 anos. Vim para cá jovem e sei o problema que São Paulo sofre. É uma promessa constante a revitalização do centro, mas o que vem para a gente é muito pouco mesmo.

Eu queria cumprimentar as autoridades, o Artur que fez um trabalho brilhante e, certamente, vai contribuir muito para a gente discutir o centro.

Não há dúvida de que a região central precisa de mais investimento, de mais recursos na área da Saúde, Educação, Segurança, mais lazer, mais áreas verdes, mais proteção ao nosso patrimônio histórico, urbano e paisagístico.

Eu queria fazer um parêntese: com a reforma da Câmara, que vai custar 140 milhões de reais, nos próximos quatro anos. Acho que faltando recursos para o centro... a dignidade do Parlamento não será reformando a Casa, botando vidro blindado. Acho que é trazer a dignidade à população e, também, depende da atuação dos nossos Vereadores. É isso que vai engrandecer esta Casa. Fica aqui uma reivindicação.

Também queria trazer duas causas que me comovem de forma especial e me moveram até a presente plenária. A primeira delas é a fim de evitar o fechamento do Hospital Glória, uma referência na área de ortopedia, que atende 100% o SUS e, segundo a Sociedade Assistencial Bandeirantes, que administra o local, será fechado em dezembro. A Administração Pública Municipal não pode simplesmente assistir a essa tragédia e não fazer nada. Deve, sim, realizar todos os esforços para manter o referido hospital funcionando, tornando-o público, se for necessário, além de recursos próprios, a Prefeitura poderá utilizar os 8 bilhões que já foram disponibilizados pelo Governo Federal.

Vejam que a importância do referido hospital está refletida nos números: realizou, em média, 800 atendimentos ambulatoriais por dia e 700 cirurgias ortopédicas de alta complexidade por mês.

A situação é grave e necessita de atuação imediata. Cerca de 300 funcionários já foram dispensados, ou seja, já está praticamente decidido mesmo que o hospital fechará. Se o Bandeirantes não tem mais interesse em continuar com o Hospital Glória, a Prefeitura deve assumir a administração e evitar seu fechamento.

A proposta, então, é destinar verba suficiente para manutenção do Hospital para

atendimento SUS, tornando hospital municipal. Esses números que foram apresentados para a área da saúde não são nada perto do que tínhamos. No ano passado foram destinados 25 milhões para o Hospital Glória pela Prefeitura e, em 2013 e 2014, a Prefeitura destinou oito milhões, ou seja, é óbvio que estavam querendo que o Hospital fechasse mesmo. Vereador, não podemos deixar que esse Hospital importantíssimo seja fechado dessa forma.

A segunda ação que acho importantíssima para o Centro de São Paulo é trazer um CEU para a região, principalmente a região mais pobre, a Baixada do Glicério. Convido todos a realizar uma atitude cidadã para percorrer as ruas daqueles bairros. Vocês verão a juventude e a infância sendo perdidas pela droga, com pais desconhecidos ou presos e mães no trabalho o dia todo. A nossa juventude está sendo educada pelas ruas, fingem que vão às escolas e passam o dia sem fazer nada útil. Recentemente, fiquei sabendo que uma menina de 13 anos foi alvejada pelo tráfico de drogas e está internada em estado grave.

Escola em período integral, três refeições por dia, educação de boa qualidade, lazer e cultura proporcionados por monitores preparados certamente serão os requisitos que farão a diferença para que essas crianças e jovens se tornem verdadeiros cidadãos.

É isso que gostaria de trazer para vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Rafael. As inscrições estão encerradas.

Tem a palavra a Sra. Dora Lima.

A SRA. DORA LIMA – Boa noite a todos e a todas. Sou Dora Lima e não estou iniciando o acompanhamento agora, moro em frente à Câmara há mais de 40 anos. Está de parabéns, sim, essa gestão.

Há oitos anos, isso estava muito centralizado e já começamos a descentralizar. A lei das subprefeituras feita pela Marta começou a criar as coordenações. Digo a todos, se a gente não tiver uma subprefeitura descentralizada, com um Orçamento em que os nossos subprefeitos não sejam zeladores e que realmente tenham as coordenações nas áreas de

assistência social, saúde, educação, nada funcionará.

Então, é preciso descentralizar a subprefeitura. Nós somos uma cidade na Sé e deixo uma reclamação que será gravada. O nosso Subprefeito da Sé, o Sr. Marcos Barreto, estava atuando e o que assumiu depois nos abandonou; então, estamos sem um Subprefeito da Sé agora. Por isso, a Sé está abandonada e nem audiência iria ter.

Como educadora ambiental, proponho e deixarei escrito também, que façamos o plano de desenvolvimento local sustentável. Que esses 200 milhões sejam investidos no plano de desenvolvimento local sustentável da Sé, um sonho da população da região. Foi pautada no plano de metas, acompanhei, mas não entrou. Se você tem o plano de desenvolvimento sustentável, você tem a avaliação da população de rua, no âmbito econômico, do trabalho, você tem tudo, os rios. Você traça um plano. Não adianta eu separar as gavetas e tratá-las separadamente. Então, a gente precisa trabalhar o plano integralmente. Deixo registrado que apliquem o dinheiro no piscinão.

Quero citar também o Bandeirantes, que alguém citou. O Bandeirantes tem muito dinheiro e é muito importante fiscalizar a verba pública. Estou sabendo de alguns detalhes e é preciso fiscalizar se o dinheiro é investido de fato no Hospital Glória, que parece ser o dono do Bandeirantes.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. DORA LIMA – Não, só fiscalização. Encerrando, quero reforçar a questão do Conselho Participativo. Para descentralizarmos esta cidade, gente, vamos participar desse conselho. A eleição será dia 8 de dezembro e convido todos, porque não serão o prefeito ou o subprefeito, mas os 12 milhões de habitantes desta cidade e esses 430 mil da Sé, a maioria da cidade do estado de São Paulo não tem essa população da Sé.

Deixo aqui registrado encerrando dizendo que precisamos de um subprefeito ativo e que realmente as coordenações sejam feitas. Sem coordenação na Sé, não há verba que possamos trabalhar o conjunto disso tudo. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Dora. Tem a palavra o Sr. Luiz Celso.

O SR. LUIZ CELSO – Boa noite a todos do plenário, à Mesa. Meu nome é Luiz Celso, estou envolvido na revitalização do Centro de São Paulo desde 96, junto com o Carlinhos Beotel, Toninho e toda a turma. Sou candidato ao Conselho Gestor Participativo pela Associação Comercial e sou empresário do ramo de construção civil.

O que eu tenho para falar é que eu referendo e endosso o que o Carlinhos Beotel disse, porque a verba de quase 200 milhões de reais para o Vale do Anhangabaú é incabível.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ CELSO – Piscinão, pois é, não vai funcionar. É um sistema de drenagem ultrapassado e não sai tão caro assim. Se isso for avante, vou acompanhar, fiscalizar a obra e fazer a planilha dos custos. Se for o caso, vou publicar na imprensa, porque não tem cabimento esse valor.

Minha vinda aqui também é em razão da criação do Parque Augusta. Venho em nome da DEMA – Direitos Humanos, Ecologia e Meio Ambiente, Movimento SOS Parque Augusta pela criação do Parque Augusta na confluência da Rua Augusta, Caio Prado e Marquês de Paranaguá, a única área verde com mata nativa ainda de 24 mil metros quadrados aqui no Centro de São Paulo.

Essa área foi destinada pelo Serra e posteriormente pelo Kassab como de utilidade pública e agora, em agosto, o Haddad cassou a utilidade pública e quer construir edifício no lugar. Então, estamos pleiteando que seja incluso nessas verbas orçamentárias o pagamento de 30 ou 40 milhões pela área do Parque Augusta, porque se haverá 140 milhões para a Câmara, porque não tem 45 milhões para criar um parque que é único na área central, totalmente verde, com fauna e flora preservadas de mata nativa? Não tem cabimento isso.

Outra questão que abordo é que temos uma população flutuante de dois milhões de pessoas. A população base é de 400 mil pessoas, mas todo mundo trabalha no Centro e

depois vai embora.

Então, em vez de criar creches na periferia, por que não cria-las aqui no Centro? Os pais viriam com as crianças, elas ficariam nas creches e, quando eles saíssem do serviço, levariam seus filhos para casa. Mesmo que demorem a chegar em casa, estariam interagindo com os filhos. Fica melhor do que largar o filho parado lá no cafundó do Judas enquanto está em trânsito. Não vejo sentido termos só um Centro de Educação Integrada, aqui no Centro.

Por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Dirceu Stockler, Associação Comercial.

O SR. DIRCEU STOCKLER – Boa noite a todos, aos membros da mesa, Presidente, queria que o senhor abrisse uma exceção. Como nós fizemos um estudo e o Artur ficou com todos os dados, gostaria de passar meus três minutos para ele. O senhor permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Está bom. Os seus três minutos, mais os três minutos dele.

O SR. ARTUR – Serei breve. Relacionado à pasta de Educação, o Centro não foi contemplado com nenhum EMEI. Estão sendo construídos 65, mas nenhum para o Centro.

Construção de 20 centros CEU, mas o Centro também não foi contemplado com nenhum CEU. Estão sendo criados 31 polos de universidade aberta no CEU, como não temos CEU, não teremos também. Acréscimo de convênio com ONGs para creche.

Quanto à Saúde, serão construídos três hospitais no Orçamento, a região central só tem 2: 1 para criança, no Centro Menino Jesus e o outro para os funcionários públicos. Não temos hospital público no Centro. Enganam-se quando falam que o Centro é bem estruturado. Não é. Estarão construindo 32 Unidades de Hora Certa, ou seja, somente uma para o Centro.

Esse estudo foi feito agora, com base em tudo isso.

Acesso à Cultura: o Orçamento contempla para a ação 59.65 – projeto e preservação, recuperação de patrimônio histórico, está com uma verba de 5 milhões para toda São Paulo. Também para preservação de cultura, monumentos de obras artísticas, 2 milhões

para todo o Centro.

Como a definir: na região central tem 347 esculturas, ou seja, 43% de todos os monumentos estão na região central. O estudo para fazer essa verba, ou seja, para colocar todos esses monumentos em condições, para a Copa que teremos em 2014, está estimado em 7 milhões. Ou seja, nós não temos verba para isso.

Verbas para parques, o Centro, de novo, não foi contemplado.

Criação de cinco centros de iniciativa esportiva: na meta 49 fala que cada região vai ter um Centro de Unidade Específica. O Centro foi esquecido, nós não temos também centro olímpico.

Criação de um parque de esportes radicais, mas para isso o Centro é lembrado. Nós temos problemas relacionados aos *skatistas* na Praça Roosevelt, que até um guarda foi expulso porque brigou. O pessoal da Praça Roosevelt não consegue dormir por causa de *skatistas*, mas a região Central é lembrada para colocar esporte.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARTUR – São 27 milhões. Na região central onde a gente pode levar um filho para, de repente, pegar uma piscina? Alguém sabe onde tem uma piscina aqui na região central? Ou mesmo levar seu filho em uma quadra? Só tem três.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARTUR – Lá no Pacaembu, outra no Cambuci.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARTUR – Exatamente. O Centro precisa de um CEU, não temos nenhuma estrutura, de novo, para o Centro.

Com relação aos direitos sociais civis, vou falar da Guarda Civil Metropolitana, que felizmente nos ajuda. Ação 11.11 – modernização das instalações da GCM, mil reais, por ano, para manutenção da GCM. Está no Orçamento.

Ação 11.16 – implantação da central de vídeo monitoramento integrado, mil reais,

por ano.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARTUR – E não tem nada funcionando. Mil reais, por ano. Isso porque a gente está toda hora ligando na GCM, porque a gente quer o policiamento, as bases comunitárias. Isso também não tem no Centro.

Reestruturação da Casa de Mediação, 17 mil reais para cada casa, o Centro só tem uma.

Poderia citar outros exemplos da Subprefeitura da Sé, que foi banida do Orçamento. Estudei este Orçamento que foi apresentado e não posso concordar com seu destino.

Aproveito para perguntar por que três ações não foram detalhadas. Existem três ações que se esqueceram de detalhar: a 30.14, processo legislativo e controle externo, verba total de 148 milhões. Por que isso não está no Orçamento? Não está detalhado.

A ação 30.21, qualidade e transparência da receita e despesa, verba total 378 milhões, que também não foi detalhada no orçamento.

Verba 30.24, suporte administrativo, 140 milhões, que também não foi detalhado no Orçamento.

A parte de reurbanização da região central, gostaríamos que toda parte de Orçamento fosse remanejada e o destino fosse colocado para a parte de reurbanização da região central. A parte do calçadão do Anhangabaú, queremos que seja desmembrada a qualificação do Anhangabaú com a parte dos calçadões da região central. Pedimos que seja desmembrada a verba.

Acho que falei rápido, tinha mais coisas para serem colocadas, mas de um modo geral é isso: a região central foi esquecida e nós precisamos, realmente, de uma política pública voltada para a comunidade e aos moradores que trabalham e habitam a região central.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vamos tentar fazer o diálogo, até para ver como a gente pode ajudar neste debate. Mas antes eu precisava de algumas informações: a maioria dos que vieram são da Sé e não da Mooca.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O único Subprefeito é o da Mooca. Mas tudo bem, não tem problema. Eu estava dizendo aqui que a gente pode oferecer.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não, não. Nós podemos oferecer as piscinas lá da Mooca, do Centro Esportivo. É pertinho do Centro, pode ir a pé. Tem piscina grande lá.

Vou perguntar para vocês: ao longo desses meses, antes do Orçamento vir para a Câmara, no dia 30 de setembro, foram feitos alguns debates públicos sobre o Orçamento. Primeira pergunta que quero fazer: quem participou de audiência pública sobre o Orçamento? (Pausa) Dois.

Vou falar aqui: no dia 31 de agosto de 2013, das 15h às 18h, na Sé, 101 pessoas participaram desse debate. No primeiro semestre...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Isso, calma. Vou explicar para vocês. Porque daí vai ficar mais fácil para a gente fazer o debate. O que é o Orçamento deste ano, que é diferente dos outros anos? Primeiro: vocês perceberam que é um Orçamento regionalizado. Eu fui Vereador nesta Casa de 2005 a 2008 e era uma demanda, que a gente sempre apresentou, que regionalizasse. Por exemplo, aonde vai se construir a CEI, a escola... Por quê? Porque eu quero fiscalizar. Falar que vai construir 30 escolas... Primeiro avanço: a regionalização. Não existia regionalização. Isso que o Artur falou, ele só pode falar porque está regionalizado.

Vamos voltar ao ponto anterior. O Plano de Metas, que foi discutido no primeiro e

no segundo semestre, norteou o Orçamento. Não foi outro. Então, o debate do primeiro semestre, o do segundo e a devolutiva foi para dizer que na Sé vai ter isso, aquilo e tudo mais. Tudo bem, não participei das duas audiências, mas de outras, porque fui escalado. Apesar dos dois debates; o de agosto, o do primeiro semestre e a devolutiva; parece que aquilo que foi levantado e aprovado não é aquilo que vocês, pelo menos os que estão aqui, tinham como prioridades.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – É isso, entendi. Estou há, mais ou menos, uma hora ouvindo vocês, já entendi.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Se a gente tiver de usar o critério da representatividade, vou ter de dizer assim: os cem que foram lá representam mais do que os 15 que estão aqui. Os 15 daqui têm representatividade, mas os cem participaram. Teve a devolutiva.

Estou falando isso, porque acompanho outras Subprefeituras onde os caras se perguntam: o Orçamento ou as obras são apenas essas? Cadê o resto? Bom, de duas, uma, ou na discussão do programa de Metas não foram reforçadas ações e tal ou comeu-se bola. Não estou falando de vocês, mas dos caras lá.

Primeira observação: a discussão do programa de Metas construiu o Orçamento e detalhou, o que não vinha sendo feito há muito tempo. Qual a prática que a gente tem adotado? Falo a gente, porque tenho acompanhado o debate orçamentário, da discussão com a população.

Quando o Orçamento vem para a Câmara, pressupõe-se que veio a partir das demandas apresentadas. Tenho impressão de que a Dora e o Artur foram um dos poucos que participaram das duas reuniões. Não sei quais foram as demandas apresentadas nessas duas reuniões e nem as apresentadas na devolutiva, mas estou entendendo que é o que recebemos

na Câmara.

Segunda observação: uma coisa são os recursos destinados para Subprefeitura e outra são os destinados para ações no entorno da área das Subprefeituras. São coisas diferentes. O Francisco falou e quero reforçar a forma como vocês identificaram o que teria na Subprefeitura da Sé, não nos recursos da Sé ou de outras, mas as outras ações na área de Saúde. Então, por exemplo, na área da Saúde está detalhado e o Artur me corrija. Unidades de Pronto Atendimento, 2014: uma UPA na Santa Cecília, nove milhões. De 2015 a 2017: uma AMA do Complexo Prates, uma AMA na Sé, uma UPA no HSPM, uma UPA no Hospital Municipal Dr. Álvaro Dino de Almeida, 24 milhões, confere?

Estou lendo o que foi destinado. Existem outras ações, mas estou falando o que está escrito. Vou continuar. Unidades Básicas de Saúde, 2014: uma UBS Integral Prates e uma UBS Integral Santa Ifigênia, 11 milhões. Aqui o detalhamento só foi possível porque foram realizadas essas duas audiências.

Dito isso, há vários problemas que vocês levantaram. Não vi ainda nem o que vocês escreveram. Onde está o texto relativo às obras de contenção de enchente? O Artur falou sobre isso e outras pessoas reforçaram. Vou ler o que está escrito. São duas ações que estão definidas da seguinte forma. Vou ler as duas que levantamos e estão, inclusive, na página 134: Projetos e valores estimados no período de 2014 a 2017, 50 a 13 intervenções de controle de cheias em bacias de córregos. Aí temos um valor total de 4 bilhões, 493 milhões, 039 mil e 856 reais; 50 a 84 obras de combate a enchentes e alagamentos. Aí temos ao longo do ano 265 milhões e total: 4 bilhões de 758 milhões.

Eu não li aqui piscinões nessas duas ações. Qual é a que você tem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Sé é esse total que li: 199.511,084. É esse?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Então, mas aqui estão detalhadas duas

ações que, por exemplo, quando você falou do piscinão eu entendi que estava definido aqui o piscinão e não está escrito isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Eu acabei de ler.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O que está escrito aqui. Não posso ler o que está escrito no papel. Isso aqui é o que a Câmara recebeu. Vou ler de novo, Carlinhos: “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos”.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não pode. Desculpa, aqui está escrito assim: “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos”. Não sou engenheiro. Vou começar por aí.

Tem a palavra o Sr. Francisco.

O SR. FRANCISCO – Você foi brilhante na sua apresentação. Quando você fala numa bacia você faz o estudo da bacia por completa. Então antigamente... Até vou corrigir uma das coisas que vocês falaram, até o Luiz falou que tem um estudo e tal, então é o seguinte: a técnica de levar água para o rio, por exemplo, o Rio Tietê era o nosso ralo e o quanto mais rápido você levasse a água para o rio era melhor para todo mundo. Todo mundo impermeabilizava o seu quintal.

Então evidentemente que uma técnica de renaturalização de um córrego ou de estimular a drenagem, você faz o seguinte: quando a água cai, por exemplo, num prédio, o plano diretor já está prevendo isso também, que você tenha retenção... Por exemplo, o ideal é ter retenção em cada imóvel.

Depois você falou em retenção na calçada. É bacana você ter retenção na calçada. Então você pode ter... O sistema, por exemplo, de calçada o que pode ser? Uma calçada permeável, depois uma calçada verde. Depois disso você pode passar para uma... Porque

quando você fala em calçada permeável e piso drenante, abaixo dele tem de ter um sistema de galeria de águas pluviais. Evidentemente quanto mais você retardar a chegada da água no rio ou na foz é melhor porque é o seguinte, o que acontece? O nosso Rio Tietê, ele foi retificar.

E ali é a várzea do rio. Todos os nossos corredores foram construídos em cima do fundo de vale, e agora pagamos por isso. Então é bacana, sempre que possível, falar sobre renaturalização.

A Operação Lapa – Operação Urbana Brás-Lapa – sugere que algum daqueles rios sejam renaturalizados. É bacana sempre usar a técnica. Agora, por exemplo, voltar às ruas e incentivar o usar o piso drenante implicaria ter um sistema de coleta abaixo das calçadas. É um projeto viável, e é preciso fazer um estudo muito detalhado.

A construção de um piscinão de retenção não é um projeto não moderno, do jeito que vocês falaram; não é ultrapassado. Ele foi aplicado em algumas regiões – um dos primeiros, no Pacaembu. Em alguns casos, como no caso da foz do rio Aricanduva, continua tendo enchentes – mas foram atenuadas.

Ninguém falou da Mooca, então eu vou falar um pouco, só para puxar a sardinha programa meu lado: a bacia do córrego Cassandoca deságua na Radial Leste. Então, evidentemente, se eu puder ter essa água antes... E o projeto do córrego Cassandoca leva a acreditar que tenha um piscinão de retenção embaixo da Subprefeitura. E eu vou batalhar por esse projeto, que é excelente.

Agora, falar em planilha, que estão roubando, essas coisas, que há obras superfaturadas, essas coisas, eu acho que é o seguinte: temos de partir do pressuposto de que o cidadão fez um orçamento... e na hora em que houver alguma coisa que prove o contrário... Evidentemente, a população tem de estar em cima, acompanhar. Para isso é que existem os processos participativos, que é o que estamos fazendo aqui agora.

Não conheço a fundo o projeto do piscinão do Vale do Anhangabaú. Vim mais preparado para detalhar em relação ao meu. Artur falou que não está detalhado no orçamento onde é infraestrutura, por exemplo. Os serviços da Subprefeitura da Sé englobam um valor de 69 milhões, dos quais tem a Dotação 1170, destinado a reforma de praças, por exemplo, e que está dentro da dotação dos 69 milhões. Fora isso, todos os outros serviços estão totalmente detalhados. Posso até ajudá-los a descobrir onde está isso no *site*. Gostaria que o Subprefeito da Sé também pudesse acompanhar, para que, juntos, pudséssemos trabalhar.

Vocês estão discutindo aqui, e o Vereador Paulo Fiorilo muito inteligente em falar isso, o Plano de Metas. Tivemos várias audiências, participei de todas elas, estou desde o começo do ano falando com a população. Conheço muito bem o Plano de Metas da Subprefeitura da Mooca. E ele, implantado, será o melhor Plano de Metas de todos os tempos, e eu falo pelos 22 anos em que estou nesta subprefeitura.

Temos dois CEUs, dois projetos de território CEU implantados; temos duas UBSs, que há muito tempo não se faz; temos uma UPA; temos uma unidade da Rede Hora Certa, que é, sim, suficiente para uma região. Pode até ter outras depois, mas uma unidade de Hora Certa, na área da assistência social, o plano segue o SUAS. Esse negócio de ficar inventando outros projetos, dar nome, faz parte de uma cultura que... porque já temos o nosso plano de resíduos sólidos. O SUAS já determina, por exemplo... Eu vou ter uma CREA na Subprefeitura da Mooca; duas unidades de acolhimento; um restaurante. O restaurante comunitário e todos esses projetos estão sendo pensados com a comissão da população em situação de rua, com participação da sociedade. Estamos contratando uma empresa para definir esse projeto. É um processo muito complicado. É um local em que estamos entrando, e, nos últimos anos, eu não vi ninguém traçar uma política para população em situação de rua. E agora nós estamos traçando essa política. Eu gostaria que vocês participassem. É complicado, não é fácil fazer isso. Por exemplo, na Secretaria de Direitos Humanos, uma reunião mensal com a comissão da população em situação de rua. Eu participo como membro; Marcos Barreto também era membro, depois saiu. Então essa falta de informação, de diálogo, de conhecimento, muitas vezes, leva a acreditar...

É o seguinte: eu não conheço a fundo o orçamento da Sé; eu conheço a fundo o Orçamento da Subprefeitura da Mooca. Eu vou tirar a palavra “se” nós cumprimos, porque a meta tem que ser cumprida. Nós temos dois corredores com 220 quilômetros – começa na região da Sé e termina lá na região do Itaim. Os corredores, todos eles, providos de calçadas de quatro metros, e mais dois metros e meio para ciclovias, e todos eles com ponto de ônibus. Então a meta vai ter de ser alcançada, mas ela pode ser suplantada. E quando se fala em investimento para a região central, nada impede que venham investimentos de fora para isso. Por isso é importante gravarmos bem as falas aqui, as demandas, e, na audiência da Sempla, detalhar melhor, porque foram colocadas várias coisas que eu, por exemplo, no meu processo participativo, enxergo totalmente diferente na Subprefeitura da Mooca. Esse orçamento, o Vereador Paulo Fiorilo falou, é superdetalhado. Tenho até medo disso, porque teremos de

cumpri-lo dessa forma. Tem 2014, 2015, 2016, 2017... ele está separado

- Descontinuidade no áudio.

A SRA. IARA - [...] o Bonduki, que escreveu o Plano de Metas, deixou para o fim. E o que eu tive a impressão é de que ele devia estar muito cansado, porque quando ele chegou à região central aquilo se resumiu a isso aqui: zona Norte, zona Sul, e páginas e páginas e páginas. Ma-ra-vi-lho-so. Daria nota dez para aquilo que foi feito – zona Norte, zona Sul. E li tudo em detalhe. Quando chega na região central, eu vejo muitos conceitos formados, do tipo: “o centro tem toda a infraestrutura montada”; “nem preciso pensar nisso, porque tem toda a infraestrutura”. Estamos pensando em trazer Casa Paulista para o centro. Ora, vamos trazer pessoas. Isso implica creches, escolas. Também temos de pensar nisso. Então digo a vocês...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Você tem todo um estudo de demanda... Eu não sei se tem demanda para isso.

A SRA. IARA - Em relação ao Plano de Metas da região central, ou ele estava cansado, e já não aguentava mais fazer aquilo, porque quando chegou no último ele fez um negócio “desse tamanho”. E nas outras, páginas e páginas de planos de metas. Então, por favor, está acontecendo alguma coisa aí no Plano de Metas do Centro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Deixe eu fazer um encaminhamento: eu acho que as audiências na Câmara servem exatamente para a gente poder ouvir também a população. Temos aqui 100 pessoas. Por exemplo, na da Mooca, de agosto, tinham 250 pessoas, um número considerável.

O nosso procedimento é abrir para ouvir as regiões. Temos ainda audiências regionais. Vamos ter na Sudeste, na Leste 1, na Oeste, na Noroeste e na Leste 2. A nossa ideia é poder ouvir – se não com o mesmo número de pessoas que participaram da discussão do Plano de Metas, mas ter um retorno das pessoas.

A segunda coisa que eu considero importante, inclusive para vocês, é que nós estamos fazendo as audiências temáticas. O Artur veio na geral. Nós fizemos temática de saúde no dia 29/10. Ontem, fizemos audiência de educação, e trouxemos Assistência, Criança e Adolescente. E daí tem a Habitação, Transportes. A gente vai ouvir Educação, que não veio, e Subprefeituras.

É óbvio que vocês trouxeram várias demandas, e elas envolvem várias secretarias. Então a primeira observação: considerando que teve a etapa da discussão, que, aliás, fazia muito tempo que não tinha discussão regional, oito, nós estamos abrindo um primeiro passo. Aliás, oito não, há 50 anos não tinha regionalização do orçamento. É a primeira que estamos tendo, com todo o nosso esforço, então acho que estamos dando um passo.

A minha sugestão é a seguinte: vocês vão apresentar as demandas que já foram feitas.

Artur, proponho que você encaminhe o estudo que você fez, para que o anexemos ao nosso relatório, e tal.

Vamos precisar ocupar os espaços de debate, porque quando a Prefeitura fez a discussão nas Subprefeituras, eu parto do pressuposto que as demandas, ou as principais, foram apresentadas e incorporadas, ou não, não devolutiva. Era o momento de falar: “Peraí, cadê a CEI, o CEU?”; “Cadê o hospital, o transporte?” Porque quando ele veio para cá, eu faço um debate com base em duas discussões – uma que tinha 6 mil pessoas e outra que tinha 3 mil pessoas. Então eu também tenho que considerar isso, porque senão eu chego aqui no Parlamento e apago tudo aquilo que uma parte pequena da população levantou, mas que eu preciso considerar.

Minha sugestão: aqueles que quiserem deixar já por escrito, o façam. Apontem as demandas. Aqui, Subprefeito, nós vamos ter somente da Sé. Acho que talvez fosse prudente...

O SR. FRANCISCO CARLOS RICARDO – O da Mooca foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou até tirar o dinheiro da Sé, não, não dá porque eles são da Sé. Então o que eu gostaria de sugerir. Talvez fosse o caso – vamos consultar, pois estamos com uma agenda extremamente apertada – de termos um debate específico sobre a Sé, com o Subprefeito, até para ele ouvir as demandas de vocês.

Até vou pedir para o Caio fazer um contato com a Subprefeitura da Sé e dizer: “As pessoas que vieram da Sé chegaram preocupadas, quiseram levar questões pertinentes à Subprefeitura”. E eu me coloco à disposição de fazer uma audiência pública extra. Nem precisamos considerar como outra audiência, mas promover o debate.

Já consulto vocês: é melhor à noite? (Pausa) Terei de negociar com meu filho e, isso é todo ano, e ele vai crescendo. Tudo bem.

Então já deixarei o convite: esses debates temáticos estão no site e vou pedir ao Caio para tentar agendar uma outra noite com o Subprefeito da Sé. Vamos ver se podemos trazer Sempla. E, assim, fazemos um debate específico. Até porque é óbvio que precisamos ouvir Subprefeito e Sempla, mas ele precisa falar o que é contraditório, tipo: “Estiveram lá tantas pessoas, levantaram essas demandas, outras não chegaram”. Aí, de repente, fazem uma crítica: “O Plano de Governo, o Plano de Metas, quando chegou na Sé foi econômico”.

Talvez tenhamos uma leitura errada dos serviços na Sé, mas não posso dizer que a Sé, ou a região central, não é uma área provida de mais serviços que o M’Boi Mirim, São Mateus, Capela do Socorro e Parelheiros, pois eu conheço. Você tem uma estrutura de transporte mais fácil. E aí, Luís, queria fazer alguma observação? (Pausa)

Sim, tudo bem propor para que as mães tragam seus filhos para o Centro. Mas duvido que alguma mãe colocará o filho no metrô lotado, num ônibus lotado, tanto para ir, quanto para voltar.

Acho que se tivermos creche na ponta, a mãe deixa o filho lá, com mais tranquilidade, o marido ou alguém autorizado pode pegar a criança. Vejam, por mais que eu ache interessante a criança interagir com a mãe, se ela entrar no metrô lotado, às seis horas, é capaz da mãe perder o filho e não interagir com ele.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Essa é uma outra argumentação que respeito, mas estou trabalhando com seu argumento anterior.

Precisamos discutir as demandas e dar respostas a elas. Quantas crianças estão sem creche no Centro? Precisamos trabalhar com essa perspectiva.

O que eu discuti com você é a questão de trazer as crianças. Está errado. Acho que corremos um risco maior de expor as crianças a um alto risco de vulnerabilidade no transporte coletivo e numa série de outros fatores.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – São particulares. Veja, Artur, voltando para o início. Quando começamos a discutir, em março ou abril, e falávamos que o Centro não tem um hospital, nem uma unidade vinte e quatro horas. Precisamos ter uma. Então, vamos brigar para ter uma.

Portanto, a Prefeitura, na hora que vai fazer uma discussão das prioridades, tem de incluir esse pedido.

E, nesse ponto, talvez haja necessidade de se combater outra visão – não o combate, mas o refinamento – de que o Centro tem uma baita estrutura. Tem, mas, às vezes, é da iniciativa privada e não pública. Às vezes, se vai no hospital, é atendido, mas ou é do Plano de Saúde ou você paga.

Esse também é um debate que temos de fazer. E vou dizer mais: tanto a Prefeitura quanto a Câmara estão abertas a esse debate, inclusive, para poder melhorar e entender.

Quando você fala em trazer pessoas para cá, você está dizendo: “Tem uma rede estruturada, a pessoa não precisa pegar o metrô ou o ônibus, ele vai morar aqui”. Ok, mas daí precisa ter unidade de saúde, escola etc.

Então gostaria de sugerir duas coisas: uma, a possibilidade do acompanhamento do debate temático quando for discutir Subprefeitura e outros serviços, até para tentar repensar; outra, é essa da discussão com o Subprefeito. Já pedi ao Caio, vamos tentar marcar um dia, às 7h. E, claro, trazendo o Subprefeito para fazer a discussão específico. Sugiro que vocês se mobilizem também para fazer crescer o debate.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou falar do Parque Augusta. Mas gostaria de falar outra coisa, não especificamente o Parque Augusta, mas sobre o que fez o governo anterior.

O governo anterior fez uma série de DUPs. DUP é uma Declaração de Utilidade Pública feita por Decreto.

Vocês falam do Parque Augusta, mas eu estive num lugar – não sei se vocês conhecem – que se chama Cidade Ipava? (Pausa) É quase uma ilha, igual à ilha do Bororé.

Lá, o Secretário do Verde falava: “Vamos fazer uma DUP”. Não sei quantos milhões de metros quadrados. É fácil fazer uma DUP. Vou lá, publico no *Diário Oficial*. Eu quero ver é pagar a DUP.

O Secretário do Meio Ambiente veio aqui e foi elencando quantas DUPs ele tem. Deve ter umas cinquenta. Algumas vencendo, outras até foram feitas. Mas, qual é o problema? De onde vai sair o dinheiro? Afinal, não é mágica. Eu faço a DUP e está resolvido? Não é bem assim.

Vejam, não estou falando do Parque Augusta, mas das DUPs que foram feitas.

Por exemplo, se vai ser feita DUP no Parque Augusta, de onde vai sair o dinheiro? E, olhem, estou falando isso porque não vale só para o Parque Augusta, vale para todas as outras DUPs já feitas.

Vamos ter aqui o pessoal do Verde e do Meio Ambiente. Eles têm de vir, fazer o debate e devemos questionar: quanto custa, como é que vai ser.

O Orçamento é limitado. Nem vou falar do debate que é mais difícil para vocês, mas alerta que o orçamento é limitado. Por exemplo, tinha 50,7 bilhões como proposta orçamentária. Não serão esses os valores finais. Terá de ser feito um ajuste. Mas, na hora de cortar, tem de se tirar de algum lugar. Você só veste o santo com a roupa que ele tem. Se não couber, não tem jeito. Temos até o dia 16 de dezembro para concluir o debate.

Minha sugestão: no dia da reunião com o Secretário do Verde, vamos trazer o pessoal do Parque Augusta, participem do debate. Enfim, sei que, às vezes, é mais difícil, porque as temáticas acontecem num horário impeditivo para muitas pessoas, mas sempre, tem um ou outro que consegue e pode vir.

Portanto, vamos fazer reunião com o Subprefeito. Vou avisar vocês para que possamos aproveitar o máximo esse dia.

Vou encerrar os trabalhos, mas antes, quero deixar uma sugestão: teremos eleição do Conselho Participativo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Já vi que tem, aqui, pelo menos alguns candidatos. E se você estiver eleito, deve fazer campanha. Só tem você? E tem quantas vagas? (Pausa). Tudo bem.

Para poder concluir, é fundamental começar a participar desses espaços, afinal, é onde as pessoas podem começar a falar e, portanto, serem mais ouvidas.

A ideia do Prefeito é algo que temos defendido também: um espaço democrático de participação. Por isso, peço a todos que participem.

Vamos avisar a data da próxima audiência pública, mas só queria pedir para que vocês deixem um contato telefônico com o Caio.

Lembrando que vamos trazer o Subprefeito da Sé, liberando o da Móoca, que é meu Subprefeito, aliás, dizer a ele que minha rua precisa ser asfaltada, pois apresenta alguns problemas. Ninguém falou sobre isso.

Peço mais uma vez desculpas, pois começamos um pouco atrasados em função do plenário. E já me coloco à disposição para fazermos mais uma reunião, desta feita, com o Subprefeito da Sé, inclusive, para poder ouvir todos vocês.

Agradeço mais uma vez a presença do Sr. Prefeito Francisco, bem como de todos vocês.

Não falei da Câmara, mas falarei na próxima.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência da Sé e da Móoca.